

Tombamento de Brasília divide especialistas

Sindicatos de Engenheiros e de Arquitetos condenam, mas IAB-DF apóia decreto do GDF

RICARDO HOLLANDA
Da Editoria de Cidade

Quanto brasilienses foram consultados para saber do interesse e aprovação da população de 1 milhão 800 mil pessoas por ver Brasília transformada pela Unesco em patrimônio cultural da humanidade? Qual o custo que isso significará para a cidade e seus habitantes no futuro? Quais as medidas necessárias para que a proposta obtenha êxito?

Essa e várias outras perguntas surgem quando se vai discutir o tombamento do Plano Piloto, já decretado pelo governador José Aparecido e que poderá vir a ser homologado pela Unesco, na reunião do Conselho da entidade, entre os dias 7 e 12 próximos, em Paris (França).

O governador pretendia viajar ao exterior para acompanhar a votação da matéria por ele proposta, mas desistiu na semana passada. Vai enviar o presidente da Fundação Cultural, Marlos Nobre, que trabalhou durante alguns anos na Unesco. Além de Nobre, deverão fazer pressão o embaixador brasileiro junto à entidade, Josué Montello, e o assessor cultural, Mauro Santayanna, ambos, amigo de Aparecido.

ALHEIAMENTO

Distante desse cenário de articulações, a população observa

Sindicalista aponta "casuísmo"

"A preocupação do governador José Aparecido com o tombamento de Brasília é casuística. Me parece que ele deseja repetir Juscelino Kubitschek e Gustavo Capanema (dois mineiros), e deixar um marco de sua passagem pela Capital". A opinião é do presidente do Sindicato dos Arquitetos, Luís Felipe Torelli, para quem o decreto de Aparecido "não tem o menor sentido. É totalmente despropositado, extemporâneo e equivocado".

O arquiteto argumenta que o tombamento impedirá que a cidade sofra modificações necessárias, congelando "coisas boas e ruins". Advertiu que o problema de se tomba a cidade de 27 anos de existência é o legado para as futuras gerações. "Onde é que seu filho vai morar?", indagou o sindicalista. Para ele, falar em tombamento neste momento "não tem o menor sentido. É como dizer a um menino de seis anos de idade que ele será médico quando adulto".

Torelli explicou que sua posição contrária ao decreto não significa, porém, que seja contra a preservação das características gerais da cidade e da qualidade de vida que ela proporciona à população. Ponderou que tombamento é "uma medida extrema, que se toma sobre um bem que corra séria ameaça de desfiguração, ou um bem de reconhecido valor histórico, paisagístico e humano".

RADICAL

Brasília não corre o risco de desfiguração imediata. A cidade é muito nova, não está consolidada ainda. O Código de Obras protege a capital. Até hoje Brasília se mantém de acordo com sua proposta inicial, como já disse um de seus projetistas, Lúcio Costa, disse Torelli.



a tomada de decisões sem ter nem conhecimento do que se pretende. Nenhum dos parlamentares consultados pelo CORREIO sequer tinha lido o decreto governamental tratando do assunto, e a maioria nem sabia da história. O deputado Francisco Carneiro (PMDB), por exemplo, disse, na quinta-feira à tarde, que desconhecia pormenores do assunto, mas que no dia seguinte iria consultar o governador.

A ausência de discussão do tombamento com a sociedade levou o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção do Distrito Federal, Aleixo Furtado, um dos poucos defensores da proposta, a pedir ao senador Pompeu de Souza (PMDB) que apresentasse pedido de convocação da Comissão do DF no Senado para tratar do assunto. O

senador Meira Filho (PMDB) acatou a solicitação e marcou reunião para a próxima sexta-feira.

Resta, porém, saber se a exigua sala da Comissão do DF, onde 50 ou 60 pessoas estarão reunidos, é foro legítimo para uma decisão sobre a matéria. A população, a despeito dos conhecimentos adquiridos pelos senadores de Brasília na reunião, continuará sem compreender o que significa residir em uma cidade considerada patrimônio cultural da humanidade.

Os presidentes dos sindicatos dos Engenheiros e dos Arquitetos, Maurício Garcia e Luís Felipe Torelli, são contrários à ideia de Aparecido. Torelli taxa o decreto do governador de "extemporâneo, sem sentido, absurdo e equivocado". Garcia adverte que a melhoria das condições de vida da população não surgirá do tombamento da cidade, mas sim da execução de ações e obras governamentais nos setores de transporte, habitação, saneamento, saúde e educação.

O decreto de Aparecido, aprovado pelo Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente-Cauma, define como área a ser preservada e delimitada a leste pela orla do Lago Paranoá; a oeste pela Estrada Parque Industrial e Abastecimento; ao sul, pelo córrego Vicente Pires; e ao norte pelos córregos do Bananal e do Torto.

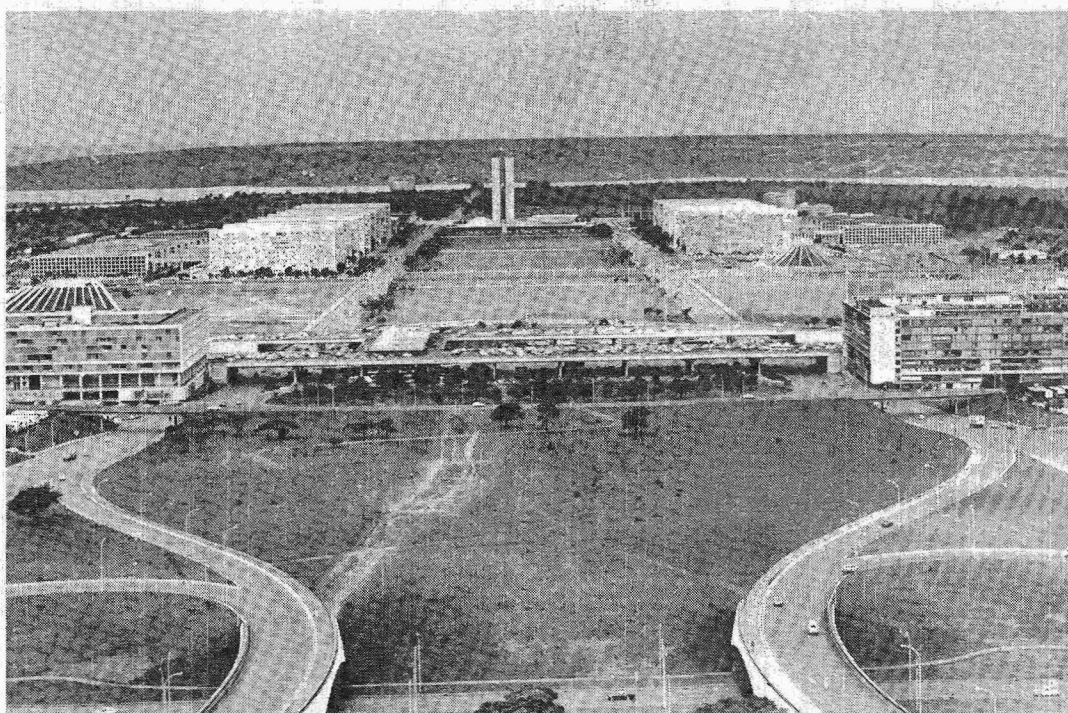
acessos existentes e as interrupções nas vias L-1 e W-1, conforme se verifica na Asa Sul, devendo ser o mesmo obedecido na Asa Norte".

"Ora, a via W-1, na Asa Norte, que é aquela que fica entre as superquadras 100 e 300, sofre apenas uma interrupção, na altura da SQN 107/308. Já na W-1 Sul a pista tem hoje três interrupções. Pelo decreto, você vai ter de interromper a W-1 Norte nos mesmos locais onde existem bloqueios na W-1 Sul. Será que a população da Asa Norte vai aceitar isso?", indagou.

Outro ponto contestado é o inciso quarto, do artigo número quatro. O dispositivo prevê: "Em todas as superquadras, nas Asas Sul e Norte, a taxa máxima de ocupação para a totalidade das unidades de habitação conjunta é de 15 por cento da área do terreno compreendido pelo perímetro externo da faixa verde".

"Esse índice de 15 por cento é totalmente arbitrário. Temos quadras que ocupam 12 ou 19 por cento de sua área. E nem por isso a qualidade de vida caiu", explicou o sindicalista.

"O número estipulado pelo decreto é arbitrário. Temos que estar preocupados não é com indicadores, mas com a qualidade de vida", apontou Torelli. Lembra o arquiteto que o tombamento impedirá a realização de obras de reforma na cidade. Apontou como um dos problemas a serem sanados no futuro o da travessia de pedestres no Eixo. "Pergunte a um pedestre o que é atravessar aquilo todo dia. Veja as estatísticas de atropelamentos no Dente. O Eixo é uma autoestrada dentro da cidade. O tombamento impediria até mesmo a construção de uma passarela sobre a pista", disse.



Projeto garante a manutenção do desenho original da Esplanada e da área central

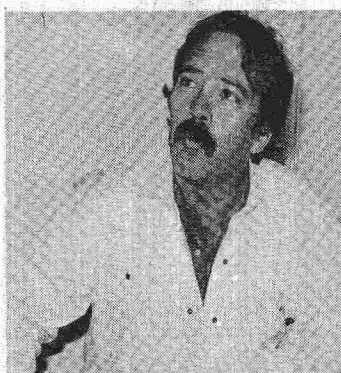
Arquiteto pede mais debates

A preservação do Plano Piloto é exigida há mais de 15 anos pela intelectualidade brasileira, disse o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Seção do Distrito Federal, Aleixo Furtado. Para ele as críticas ao decreto são feitas "de forma mesquinha".

Ele admite que a questão do tombamento de Brasília não foi convenientemente debatida com a sociedade. Aleixo conseguiu que o senador Pompeu de Souza (PMDB/DF), pedisse a convocação da comissão do Distrito Federal no Senado para discutir o assunto. "A questão ainda não foi convenientemente debatida com a sociedade. Esse é, talvez, o problema de um governo não eleito pela população do DF".

O arquiteto diz que o tombamento trará mais benefícios que problemas para a cidade. "Você preserva a qualidade de vida e a importância histórica do Plano Piloto", justificou. "Isso não quer dizer que a cidade deve se transformar num museu". Irritado com os questionamentos, Furtado reagiu:

— A diferença é que Olinda e Ouro Preto foram feitas por arquitetos portugueses e Brasília por brasileiros, que cristalizaram aqui o movimento modernista da arquitetura mundial. O presidente do IAB-DF explicou que o decreto pretende preservar os traços originais do Plano Piloto: "O que me interessa é o espírito e a forma do Plano Piloto, o sistema viário e a correlação entre área verde e área construída".



Aleixo Furtado

Engenheiro diz que medida só beneficia elites

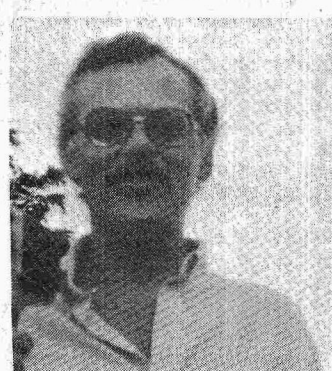
O tombamento da cidade pela Unesco não vai melhorar as condições de vida do brasiliense. A melhoria advirá de obras e ações de governo nas áreas de transporte, habitação, saneamento, saúde e educação. O alerta é do presidente do Sindicato dos Engenheiros do Distrito Federal, Maurício Garcia, advertindo que, ao se tomba Brasília, como pretende o governador José Aparecido, serão criados problemas para a cidade no futuro.

Acha o engenheiro que o decreto "não devia existir". Para Garcia, o governo deveria, em lugar de propor o tombamento da Capital da República, preocupar-se com a aprovação de leis que preservem as características básicas da cidade. A proposta do governador é, na opinião do sindicalista, "um desrespeito à população do Distrito Federal".

Argumentou Garcia que a cidade tem apenas 27 anos de existência: "Isso é muito pouco tempo para se dizer que Brasília está pronta". Ele acredita que, com o tombamento, "se pretende é perpetuar o Plano Piloto para as elites". Lembrou que a renda per capita dos moradores do Plano "é elevadíssima, em comparação com a dos habitantes de outras grandes cidades brasileiras", justamente em face do isolamento das camadas mais pobres da sociedade nascidas satélites, mais afastadas: "Com o tombamento, fica-se impossibilitado de tentar mudar esse esquema que é hoje o Plano Piloto".

— A minoria que residirá no Plano terá boa qualidade de vida, bom transporte, educação e saúde. O restante da população ficará marginalizado nas cidades-satélites", disse o sindicalista.

Garcia ponderou também que



Maurício Garcia

as estatísticas de crescimento populacional prevêm para o Distrito Federal, no ano de 2.020, cerca de quatro milhões de habitantes. Só o Plano Piloto deverá comportar perto de 1 milhão 800 mil pessoas. "Portanto, explicou, a dinâmica de crescimento populacional e a mudança de costumes que advirão vão exigir modificações na cidade. Tomba agora que Brasília só tem 27 anos é um absurdo".

Entre os problemas que surgirão com o tombamento, o presidente do Sindicato dos Engenheiros cita o do saneamento. Explicou que a controvérsia despoluição do Lago Paranoá, onde o governo está construindo duas estações de tratamento de esgotos para o atendimento a uma população de 700 mil pessoas, não poderão ser ampliadas no futuro, nem construídas outras estações suplementares, em virtude do tombamento.

O presidente do Sindicato lembra que o Plano Piloto concentra o pólo de empregos do DF e adverte que se não for colocada em prática uma política de descentralização, o tombamento da cidade será ineficaz.

Preservação é das 4 escalas

O decreto assinado a 14 de outubro passado pelo governador José Aparecido, criando condições para a decisão da Unesco (que poderá considerar Brasília cidade-monumento), estabelece que a manutenção do Plano Piloto será "assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica".

Segundo o decreto, a Praça dos Três Poderes fica preservada tal como se encontra, no que diz respeito aos Palácios do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, ao Congresso Nacional, bem como aos elementos escultóricos que a complementam inclusive o Panteão, a Pira e o Monumento ao Fogo Simbólico recém-construídos fora da Praça, "mas que se constituem parte integrante dela".

O decreto não faz referência, no entanto, ao Mastro da Bandeira e ao pombal construído no governo Jânio. Em compensação, assegura para a eternidade monumentos construídos no governo José Aparecido, entre os quais a pira, com o seu consumo de combustível diário.

Também ficam incluídas para preservação as sedes dos Palácios do Itamarati e da Justiça. Os terrenos do canteiro central verde ficam impedidos para construção nos trechos compreendidos entre o Congresso Nacional e a Rodoviária, e entre esta e a Torre de TV. Da mesma forma, não haverá construções no trecho entre a Torre de TV e a Praça do Buriti. Há referências e limitações expressas também para a Esplanada dos Ministérios e os Setores Culturais Sul e Norte.

No setor residencial fica estabelecido que cada superquadra terá apenas um único acesso para automóvel. Nas superquadras 100, 200 e 300, as unidades terão seis pavimentos. Nas 400, terão três pavimentos, situação que se complementa com a exigência de ocupação máxima da ordem de 15 por cento da área de terreno de cada superquadra.

A escala gregária, com que foi concebido o centro de Brasília, em torno da interseção dos Eixos Monumental e Rodoviário, fica configurada na Rodoviária e nos Setores de Diversão, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médicos, Hospitalares, de Autarquia e de Rádio e Televisão.

A escala bucólica, "que confere a Brasília o caráter de cidade-parque" — configurada em todas as áreas livres contíguas a terrenos atualmente edificadas ou institucionalmente previstos para edificação, e destinadas à preservação paisagística e ao lazer —, será preservada.

O decreto estabelece ainda que, para efeito de sua aplicação, "são considerados setores institucionalizados todas as partes da cidade de Brasília referidas no Memorial do Plano Piloto ou criadas pela administração durante a implantação da capital e consagradas pelo uso popular".